

ANEXO I

DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS PARA A FEDERAÇÃO REDE SUSTENTABILIDADE E PSOL

Nós queremos mudar o presente para trazer esperança ao futuro. PSOL e REDE se unem em uma federação para fortalecer as lutas sociais em um contexto nacional muito adverso, ao mesmo tempo em que preservam sua atuação, visões e concepções próprias, manifestas em seus estatutos e programas.

Interpretamos a ideia de federação como um meio de combater as medidas antidemocráticas que buscam inviabilizar partidos ideológicos. Mas é também uma oportunidade de reinvenção da política no Brasil, pelo exercício sincero de juntar singularidades, diferenças e semelhanças, numa convivência que vai ao fundo da ideia de fraternidade: nascemos da mesma árvore; a árvore da luta por justiça, igualdade e a universalidade dos direitos humanos. Como galhos, somos diferentes, apontamos para várias direções e sonhos, interpretações do mundo, maneiras de chegar aos objetivos. Mas o que temos em comum é forte e nos torna mutuamente confiáveis para fazer desta federação um momento de crescimento e fortalecimento das nossas ideias.

Nossa luta passa pela construção de uma sociedade igualitária e solidária, socialmente justa, economicamente próspera, culturalmente diversa, politicamente democrática e ambientalmente sustentável, em que todas as pessoas sejam livres de exploração e tenham condições dignas de vida. Em que a natureza seja vista como patrimônio para o bem-estar comum e não como objeto de exploração predatória para o lucro de poucos. Queremos uma sociedade que respeite as diversas formas de existência e proporcione aos brasileiros uma vida digna e feliz.

Defendemos uma sociedade sem racismo, misoginia, capacitismo e todas as formas de discriminação e preconceito que vão contra à dignidade humana e hoje estruturam a sociedade brasileira. Lutamos para que se possa viver sem desigualdades, sem violências contra qualquer crença e denominação religiosa, de gênero e orientação sexual. Queremos uma sociedade que valorize a diversidade cultural, começando por respeitar as diversas formas de existência, de ser e estar no mundo.

A Federação (NOME DA FEDERAÇÃO) representa a unidade de dois partidos comprometidos com a radicalização da democracia e com a defesa de um modelo sustentável de desenvolvimento, em todas as dimensões. Acreditamos que, pelo diálogo, respeito às divergências, e unidade na diversidade, podemos contribuir para o fortalecimento destas posições e do que entendemos ser melhor para o Brasil.

O Partido Socialismo e Liberdade, nas precisas palavras do Manifesto Ecosocialista Internacional, entende que “o atual sistema capitalista não pode regular, muito menos superar, as crises que deflagrou. Ele não pode resolver a crise ecológica porque fazê-lo implica em colocar limites ao processo de acumulação – uma opção inaceitável para um

sistema baseado na regra ‘cresça ou morra’”. Neste sentido, defende o ecossocialismo e o socialismo radicalmente democrático.

A Rede Sustentabilidade introduz o conceito, ainda em formulação, do Sustentabilismo Progressista, que se propõe a superar os atuais modelos insustentáveis de desenvolvimento, pela via progressista e democrática, com o objetivo de construir um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, expresso na síntese: socialmente justo, economicamente próspero, politicamente democrático, culturalmente diverso e ambientalmente sustentável.

Sabemos que não será fácil, nem rápida, a construção do futuro que sonhamos. O presente acumula mazelas de séculos. O Brasil, país gerado sobre a mais sórdida forma de exploração humana – a escravidão – e o extermínio das populações indígenas que ocupavam o território, ainda tem os pés enterrados nessa origem de violência, preconceito e naturalização das desigualdades. As elites têm arrastado no tempo um modelo econômico e social que mantém reiteradamente essa marca, no real e no simbólico. O país tem-se negado, por obra de seus pretensos donos e senhores, a avançar em relações mais justas e igualitárias entre os diversos segmentos da população. Por isso, giramos em círculos, nessa roda perversa que tem destruído pessoas, sonhos, talentos, esperança, vida.

Contexto para a formação de uma Federação antineoliberal, democrática, diversa para a construção de um país justo e sustentável:

A vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018 abriu um novo ciclo de ataques contra os direitos do povo brasileiro. Além de aprofundar o desmonte iniciado por Michel Temer, o governo da extrema-direita passou a flertar abertamente com a restrição de liberdades democráticas conquistadas a partir de 1988. A jornada contra as conquistas democráticas se alimenta do avanço dos valores conservadores no país. O ciclo de lutas em nível mundial, iniciado com a crise econômica de 2008, ainda não se encerrou. Os padrões de acumulação estabelecidos pelo capital nesta etapa são ainda mais dependentes da dimensão financeira e mais agressivos contra a humanidade e o meio ambiente. Em que pese a promessa da “Terra Prometida” do empreendedorismo, apresentada como salvação da classe trabalhadora, a realidade é de extrema precarização do trabalho, catástrofe ecológica, polarização de renda e embrutecimento social.

Uma das tarefas centrais neste momento é a construção de uma frente social e política capaz de conter o neoliberalismo. Esta agenda de contenção deve se materializar em ações concretas para a retomada de um projeto econômico que gere as condições de empregabilidade digna e com direitos, a revogação da EC-95, da EC-109/21, entre outras medidas.

O país não enfrentou ainda uma questão fundamental: a subordinação rasa aos interesses do mercado, em prejuízo dos interesses das classes subalternas. Necessidades básicas da população são negligenciadas ou simplesmente deixadas de lado para que os privilégios do capital permaneçam intactos. Os recursos do Estado, oriundos da contribuição e do trabalho

de todos os cidadãos e cidadãs, são canalizados para o lucro de minorias, em detrimento de áreas essenciais ao bem-estar das pessoas e da soberania do país

Não há um projeto de país com compromissos claros, estruturais e de longo prazo. O sistema político volta-se para sua própria sobrevivência, para a disputa do poder em si, para a manutenção de compromissos espúrios com o capital, contribuindo para a malversação de recursos públicos. Ignora a realidade do país e do mundo, alheio às grandes transformações que estão em curso em escala global.

Questões que impõe a necessidade urgente da adoção no Brasil da visão ecossocialista do PSOL e do sustentabilismo progressista da Rede:

Aumento da pobreza, da miséria e o inadiável combate às desigualdades sociais no Brasil

Recuperação econômica alinhada com o inadiável enfrentamento da emergência climática, que assegure a transição para uma economia de baixo carbono;

Crise ambiental planetária de proporções ainda não vividas, com o superaquecimento da Terra e as mudanças climáticas. Não há um só dia em que não se observe a ocorrência em qualquer parte do mundo de algum fenômeno climático- ambiental extremo. Fenômenos cada vez mais intensos e recorrentes que forjaram conceitos adaptados da guerra para o repertório ecológico: o “refugiado climático” ou “refugiado ambiental”, que já se conta em dezenas de milhões no planeta.

Escassez da água, onde uma em cada quatro pessoas no mundo de hoje não tem acesso a água potável;

A extinção das espécies, que é a mais elevada em 65 milhões de anos, com a ruptura da capacidade regenerativa da terra. O modelo atual de desenvolvimento contribui para a destruição das florestas, contamina as águas, o ar, os alimentos e promove o aquecimento global, que coloca em xeque a própria existência da vida no planeta.

As dificuldades e oportunidades da transição energética e da segurança alimentar, com o Brasil entre os líderes mundiais no consumo de agrotóxicos;

A proteção de todos os biomas brasileiros, com a urgente instituição de um modelo econômico e ecológico justo para a Amazônia, que preserve a floresta em pé, preserve seus serviços ecossistêmicos, sua sócio-biodiversidade, assegurando aos povos indígenas e tradicionais o direito a suas terras, o respeito a seus modos de vida e imensa riqueza sociocultural;

A nova realidade das migrações em massa, em condições desumanas, por conflitos políticos, guerras e pauperização

As novas configurações no mundo do trabalho e as formas modernas de exploração de força de trabalho, como a precarização, a uberização, entre outras.

Graves problemas de saúde pública e as consequências da pandemia de covid-19. Com um saldo de centenas de milhares de mortos e milhões de infectados, a pandemia agravou a crise econômica já existente, fragilizada por seis anos de medidas de contração fiscal.

O desmonte dos mecanismos de proteção social, que expõem as trabalhadoras e trabalhadores à própria sorte, em meio à completa desestruturação da economia nacional.

Recorde de desempregados e de trabalhadores precarizados e sem direitos;

Completa desestruturação dos pequenos negócios, em sua maioria situados nas zonas mais pobres das cidades brasileiras.

O Brasil que construiremos:

Defendemos mudanças no modelo econômico vigente, com vistas à redução das desigualdades, à erradicação da pobreza, fortalecimento da economia popular, à reversão do processo de desindustrialização para a construção de uma economia soberana, ecológica e voltada para as necessidades do povo.

Aproximar a política do cotidiano, de forma que a participação política seja algo natural e intrínseco à vida dos cidadãos. O modelo atual de democracia representativa não representa verdadeiramente as expectativas e necessidades da sociedade. Já temos hoje os meios tecnológicos disponíveis para avançar rumo ao real aprofundamento e enraizamento da democracia.

É fundamental, em um contexto de crise, o Estado alocar seu orçamento de forma a induzir o crescimento econômico, garantir a implementação das políticas públicas, impulsionar a atividade econômica visando a empregabilidade, a distribuição de renda e o combate à desigualdade. O povo brasileiro deve estar no centro do orçamento público.

Para tanto defendemos um Estado garantidor dos serviços públicos e direitos sociais, livre das pressões do poder econômico e capaz de mobilizar o melhor de si mesmo, das forças vivas da sociedade, da academia e dos setores produtivos. Na atual conjuntura, o Estado é o principal ente capaz de alavancar fortes políticas de investimento, planejamento e assistência universal que se mostram necessárias. É urgente ampliar e dar qualidade e transparência aos gastos públicos, dada a gravidade da crise atual, tendo como metas a reestruturação das atividades produtivas buscando a priorização dos interesses populares, com a garantia de direitos fundamentais.

Temos a tarefa basilar de encerrar a era fascista do bolsonarismo. Mas isso não é, nem pode ser, o único objetivo a oferecer à nação brasileira. Precisamos de um novo pacto social, a partir da ampla participação dos movimentos sociais e populares, de uma radicalização da participação política, fortalecendo o Estado como agente de um processo de transição econômica e ecológica para uma sociedade cada vez mais justa, igualitária e soberana, rompendo com as amarras do deletério centrão e do esgotado presidencialismo de coalizão.

Por isso, defendemos:

Educação pública e universal de qualidade em todos os níveis, integral e inclusiva, formadora de cidadãos conscientes dos problemas sociais e comprometidos com uma vida social solidária e sustentável;

Democratização dos sistemas de comunicação, garantindo-se a liberdade de expressão, transparência, livre acesso à informação e ao conhecimento e valorização das diversas formas de manifestação cultural.

Respeito aos direitos humanos: garantia de igualdade de gênero e repúdio a todas as formas de discriminação: étnica, racial, religiosa, sexual ou outras, garantindo a cada grupo espaço para a participação política, respeito e atenção às suas demandas específicas.

Universalização e melhoria dos serviços de saúde, com ênfase na atenção básica, da qualidade de vida com condições dignas de moradia, alimentação saudável e em quantidade suficiente, prevenção de doenças, saneamento básico, redução da violência e promoção da cultura de paz como valores centrais das políticas governamentais.

Defesa dos Direitos dos animais por meio da abolição de todas as formas de crueldade contra animais e de políticas públicas para o bem-estar de animais urbanos, de uso comercial e fauna silvestre.

Reforma urbana que transforme nossas cidades em espaços saudáveis, acessíveis, democráticos e seguros, que garanta planejamento urbanístico adequado aos novos tempos climáticos, o direito à moradia como forma de cidadania e que possibilite o redirecionamento do investimento em mobilidade para priorizar os pedestres, o transporte ativo e o transporte público de massa com adequada acessibilidade.

Incentivo aos pequenos produtores e à agricultura familiar, combate ao modelo de agricultura que se baseia no uso de venenos, com políticas de abastecimento e fortalecimento da CONAB para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

Revisão da matriz energética, dos modais de transporte, as emissões de carbono e o modo de produção agropecuário, entre outros.

Reorganização dos pequenos negócios e o fortalecimento da economia popular; Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável;

Enfrentamento à violência policial, ao genocídio e super-encarceramento da população negra. Ampliar o debate sobre uma nova política pública em relação às drogas no Brasil. Construção de um novo modelo de segurança pública baseado no diálogo comunitário, na valorização das carreiras profissionais do setor, investimento em inteligência. Reformar o sistema penal a fim de desconstruir as políticas racistas que permeiam o sistema de polícia e judicial.

Soberania popular e controle social sobre a política de mineração no Brasil. Frear o saque e a espoliação mineral das multinacionais. Regulamentação e ampla democracia sobre onde

e quando se deve minerar áreas a fim de mitigar os efeitos nefastos causados pela indústria de minérios sobre a natureza e os povos que dela vivem. Nenhuma flexibilização sobre mineração em terras indígenas. Transparência e ampla responsabilização das multinacionais envolvidas em catástrofes sociais e ambientais envolvendo a mineração. Nenhum passo atrás para evitar novos desastres como o de Mariana e Brumadinho!

Transição para um modelo sustentável de desenvolvimento capaz de integrar economia e ecologia; preservação e combate às desigualdades sociais; recuperação industrial e enfrentamento das mudanças climáticas, agricultura de baixo carbono e bioeconomia que assegure os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Da luta contra as opressões

A luta contra as opressões é a luta pela democracia social. A história das lutas sociais no Brasil é a história das resistências negra, indígena, feminista e popular. Compreendemos a complexidade das relações que estruturam a sociedade de classes no Brasil e a urgente necessidade de transformá-la para garantirmos a construção de uma nação soberana, justa, igualitária e fraterna.

A luta das mulheres

Na última década, a luta das mulheres conquistou grande relevância social, com a resistência à estrutura da desigualdade de gênero, que se agrava com a expansão e consolidação do neoliberalismo. Esta imposição é propiciada por uma combinação de divisão social, racial e sexual do trabalho que tem como consequência que as mulheres sejam a maioria das pessoas pobres do mundo, fazendo com que a pobreza atinja de maneira ainda muito mais direta, as mulheres negras e indígenas.

A reivindicação de um feminismo que esteja conectado com as lutas dos 99% está ligada, sobretudo, à compreensão do caráter estrutural da opressão machista – e racista – na conformação e reprodução da sociabilidade capitalista, e que, portanto, tem nas mulheres trabalhadoras e originárias as agentes de sua destruição.

Acreditamos na interseccionalidade, não como uma hierarquia entre opressões, mas como um olhar que se volta à particularidade de cada centro de exploração de classe sobre as mulheres, e das vivências dessa pelas mulheres negras, lésbicas e bissexuais, trans, indígenas, migrantes, de comunidades tradicionais e quilombolas; qualificando formas particulares como a exploração sobre os sujeitos concretos se dá, de forma que seja possível apontar para a construção de alternativas sistêmicas reais. Por isso defendemos as conquistas e os direitos que possibilitem a real emancipação das mulheres com a superação de todas as formas de opressão.

b) Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista!

A abolição da escravidão em 1888, embora tenha contribuído para a formação de uma sociedade de homens e mulheres negros livres, não produziu condições suficientes para a inclusão dos ex-escravizados à condição de trabalhadores/assalariados, marginalizando-os da sociedade de classes em formação. O fenômeno em questão produziu uma inequívoca relação entre classe social e raça no Brasil, na medida em que estruturou as condições de desigualdades que vêm sendo reproduzidas desde então. O racismo é, portanto, estrutural porque integra a organização política e econômica da sociedade, fornecendo o sentido, a lógica e a tecnologia de organização da sociedade. E isso se traduz na enorme desigualdade entre negros e brancos. Desigualdade essa que não devem ser vistas apenas sob a ótica das relações econômicas, uma vez que operam relações interpessoais e determinam a condução das políticas de Estado. Um olhar atento e racializado sobre os índices socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais permitem comprovar o enorme abismo de privilégios aos brancos em detrimento aos povos negros e indígenas ainda hoje no país.

Se o racismo é fundamental que estrutura a nossa sociedade, ele estrutura, por consequência, nossas possibilidades de representação e participação política. Por isso deve ser combatido na dinâmica interna das nossas estruturas organizativas e superado no âmbito das instituições representativas gerais. Além disso, qualquer organização que pretenda contribuir com a reorganização das camadas populares no Brasil em busca de um futuro de maior igualdade, não pode prescindir de parâmetros programáticos que contemplem a intersecção de classe, raça e gênero.

Combate à LGBTQIfobia

A igualdade de direitos, o respeito, a liberdade e a cidadania plena para a população LGBTQIA+ são parâmetros fundamentais para avaliar a qualidade de uma democracia do século XXI. Nosso país não apenas está muito aquém do desejável, como também tem mostrado sinais de graves retrocessos. Em que pesem decisões importantes do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça garantindo direitos civis, como o casamento igualitário, a adoção, o reconhecimento da identidade de gênero de transexuais e o reconhecimento da homo-transfobia como crime, o panorama da política brasileira em relação à diversidade é aterrorizador.

O Congresso Nacional continua omissos em relação a esses temas e se recusa a incluí-los na letra da lei. O avanço da extrema-direita representa um perigo ainda maior. A agenda conservadora visa institucionalizar “terapias de conversão”, interditar políticas educacionais sobre diversidade e igualdade de gênero nas escolas, reverter as conquistas obtidas judicialmente, além de criar um ambiente de legitimação da discriminação, do terror, da perseguição e da violência. Há 13 anos, somos o país que mais mata pessoas transexuais em todo o mundo. Além do combate à violência física e simbólica, questões como o acesso ao trabalho digno, salário, educação, saúde e assistência social continuam sendo sonegadas, em especial à parcela negra e transexual da população LGBTQIA+. Neste sentido, é preciso garantir políticas públicas que atendam a estas demandas, corrijam diferenças históricas e permitam que todas as pessoas vivam suas existências e seus afetos com dignidade, respeito e segurança.

A luta dos povos originários

Historicamente expulsos da maior parte de suas terras, os povos originários lutam contra novas e concretas ameaças que assombram os seus direitos: o marco temporal, que inviabiliza a demarcação dos territórios, a tentativa do atual governo de autorizar a exploração mineral dentro das terras já demarcadas, a violência crescente promovida por traficantes, garimpeiros e fazendeiros, incentivados pelo enfraquecimento e descomprometimento dos órgãos federais responsáveis. Apoiar a organização e mobilização, como, por exemplo a Mobilização Nacional Indígena Luta pela Vida que aconteceu em agosto 2021, reunindo mais de 6 mil do Acampamento Terra Livre que ocorre anualmente reunindo milhares de lideranças indígenas em Brasília, assim como combater propostas ofensivas a estes povos no âmbito legislativo e judiciário são medidas imediatas necessárias, assim como a luta pela implantação de políticas públicas adequadas para o reconhecimento, valorização e reparação dos povos originários. Demarcação de todas as terras indígenas, já!

Levando em conta estes pressupostos, assim como o fortalecimento da própria democracia brasileira, o Partido Socialismo e Liberdade e a Rede Sustentabilidade preservam seus programas originários e apresentam este programa comum ao povo brasileiro, agora como federação partidária. Juntos, poderemos garantir o direito ao futuro e construir um Brasil mais justo, igualitário, democrático, sustentável e que preserve o meio ambiente da exploração predatória para esta e as próximas gerações.

GUILHERME CASTRO BOULOS

ANDRÉ BRANDÃO HENRIQUES MAIMONI

BRUNA DE FREITAS DO AMARAL